

Articulação de Agroecologia da Bahia

Salvador, 13 de maio de 2015

A importância estratégica da Agroecologia para o Desenvolvimento Rural no estado da Bahia

A experiência brasileira dos últimos 12 anos demonstra de forma inequívoca que a retomada da intervenção do Estado na orientação do desenvolvimento foi condição essencial para o enfrentamento da fome, da pobreza e das crônicas desigualdades sociais que marcam a história do país. No campo do desenvolvimento rural, por exemplo, conquistamos a importante Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída por decreto em agosto de 2012, articulada entre 10 ministérios e construída em diálogo com a sociedade civil. Hoje vivemos um contexto de grandes desafios e precisamos seguir avançando nas conquistas alcançadas durante esse período.

Na Bahia, assim como no Brasil de forma geral, estamos diante de um cenário de muitos desafios com o agravamento de crises interconectadas causadas por um modelo de desenvolvimento econômico centrado na produção em larga escala de *commodities* e monoculturas para exportação. Esse modelo agroexportador além de gerar uma crescente necessidade de importação de alimentos e maior dependência externa da agricultura brasileira a insumos e equipamentos, de causar efeitos ambientais e sociais negativos, também compromete a soberania alimentar e tecnológica. Temos acompanhado a progressiva subordinação de parcelas expressivas da agricultura familiar a esse modelo, traduzido na dependência às grandes corporações agroindustriais e aos mercados financeiros, o que tem aumentado a vulnerabilidade econômica, ambiental e social desse segmento, a saída de jovens do campo e o comprometimento do futuro desse setor bem como dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. Some-se a isso a triste estatística mundial, para qual o estado da Bahia contribui, de ser o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

A Bahia é o estado com maior população rural no país, com quase setecentos mil agricultores/as familiares e apresenta uma rica diversidade de biomas, com qualidades e vocações distintas. Nesse cenário, encontra-se o desafio de potencializar a vocação desses biomas, considerando suas especificidades e, especialmente, preservando as bases de sua sustentação, que são os bens naturais, para garantir a sustentabilidade das diferentes agriculturas, permitindo assim um desenvolvimento rural de fato sustentável.

Nesse contexto de desafios a serem superados, se faz prioritária a construção de outros padrões de desenvolvimento rural na Bahia, e nesse sentido a Agroecologia tem um papel central, devendo ser incorporada como enfoque orientador do conjunto de iniciativas das Políticas do estado. Importante destacar que nas três últimas décadas, um expressivo conjunto de experiências bem sucedidas de transição agroecológica vem sendo desenvolvidas nas diferentes regiões do estado, apontando caminhos para superação desse quadro e revalorizando o diversificado patrimônio de saberes e práticas de gestão social dos bens da natureza e reafirmando o protagonismo da produção de base familiar como provedora de alimentos para a sociedade. Fruto substantivo dessa trajetória do campo agroecológico no estado foi ter sediado no ano passado na cidade de Juazeiro o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) que reuniu pouco mais de duas mil pessoas de todas as regiões do Brasil, que expressaram em sua Carta Política o Brasil Agroecológico que queremos.

As iniciativas do campo agroecológico já provaram no conjunto de todas as regiões do Brasil, que dão respostas rápidas e positivas sempre que contam com estímulos de políticas públicas, razão pela qual a Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA), assim como diferentes espaços oficiais de participação social, como Conferências, Conselhos e Comissões, têm defendido a Agroecologia - um enfoque

científico e uma prática social - como diretriz indispensável nas estratégias do governo da Bahia para um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável no estado.

Assim como defende a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) diante do momento de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2016-2019) no nível federal, a Agroecologia deve ser considerada um componente fundamental para a orientação de mudanças estruturais necessárias para a democratização e a sustentabilidade da sociedade. A Agroecologia, ao reconhecer e apoiar o desenvolvimento de múltiplas funções positivas exercidas pelo conjunto da agricultura familiar, pelos povos e comunidades tradicionais e pelos indígenas, tem o potencial para reestruturar os sistemas agroalimentares por meio da articulação do uso sustentável dos bens da natureza; a produção de alimentos saudáveis e em quantidade, qualidade e diversidade; o estabelecimento de relações mais equilibradas entre o mundo rural e urbano; a preservação do patrimônio cultural; e a distribuição equitativa das riquezas sociais com base nos fundamentos da economia solidária.

A Bahia já avançou significativamente no campo das políticas públicas no sentido de contribuir para esse novo modelo de desenvolvimento que se faz necessário diante do cenário atual, a exemplo da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, e da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Agora é chegado o momento do governo do Estado da Bahia construir de forma participativa com a sociedade civil organizada, a Política Estadual de Agroecologia, para qual destacamos algumas diretrizes para iniciar o diálogo com o governo do Estado e com os movimentos sociais:

- I) Ampliar e assegurar o acesso à terra, aos territórios e à água, implementando a reforma agrária e garantindo os direitos territoriais, tanto em áreas rurais, como urbanas e periurbanas;
- II) Desenvolver e incentivar a estruturação de circuitos de produção, processamento e consumo adaptados às necessidades da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, nos campos, nas florestas e nas cidades, dando preferência aos mercados locais, regionais e institucionais, ampliando o consumo de produtos de base agroecológica;
- III) Garantir a autonomia e gestão da agricultura familiar, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais para a manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade;
- IV) Garantir o financiamento da transição agroecológica que atenda a estruturação da unidade familiar no seu conjunto;
- V) Internalizar a perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, assegurando a participação protagonista de agricultores familiares, urbanos, periurbanos, povos e comunidades tradicionais nos processos de construção e socialização de conhecimentos;
- VI) Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, fortalecendo sua autonomia econômica e política;
- VII) Reconhecer e valorizar o protagonismo da juventude do campo nos espaços de gestão, organização social e atividades produtivas de base agroecológica;

Diante deste momento de nivelamento conceitual e político da Agroecologia inauguramos um importante momento de diálogo e construção conjunta entre a sociedade civil organizada, liderada pela AABA, e o governo do Estado para transformar os acúmulos de décadas de experiências de transição agroecológica em Políticas Públicas. A AABA espera assim, iniciar uma agenda de diálogo que tenha início, meio e fim para tornar a Agroecologia uma Política de Estado na Bahia.

Saudações Agroecológicas,

Organizações integrantes da AABA.